



## *Dossiê Literatura e Memória: Ruptura e continuidade, dependência e autonomia*

Andréa Borges Leão

Se olharmos com atenção os artigos que compõem o dossiê Literatura e Memória um fio condutor é evidenciado: a análise da dinâmica interna dos textos que vai dos aspectos narrativos às técnicas utilizadas – os temas, personagens e as tramas – articula-se às atuações de indivíduos em condições sociais específicas de produção e circulação das obras. Cada artigo e a seu modo trata das reivindicações de singularidade literária como movimentos alternados de ruptura e continuidade, dependência e autonomia. Um dos pontos que organiza o fio condutor a ser percorrido considera o campo literário como realidade simultaneamente espacial e temporal. Isto porque as disputas e os trunfos alcançados no jogo das consagrações e descartes de intelectuais, artistas e escritores de uma geração ficam gravados para sempre na memória coletiva.

O artigo de Enio Passiani começa colocando em xeque a ideia dos particularismos nacionais. Examina com afinco a construção de protocolos de leitura contemporâneos e posteriores ao modernismo paulista de 1922 e que atribuem ao grupo de intelectuais de São Paulo, e a Mário de Andrade em especial, o protagonismo da modernidade artística e literária no Brasil. O mais interessante é que esta determinação espacial de expressões estéticas

produz princípios de classificação com base nas identidades nacionais. O artigo nos oferece a categoria de mercados narrativos apresentando o espaço singular do livro *Macunaíma*, de Mário de Andrade, como síntese de uma poderosa convenção de leitura que opera a consagração do movimento.

Se o grupo de São Paulo falava em nome do Brasil, os escritores e intelectuais de Minas Gerais equilibravam-se em compromissos com a tradição e projetos de renovação, vinculando suas carreiras burocráticas ao trabalho criativo. Este grupo que opera lances de ruptura mesmo em situações de dependência em relação ao Estado não deixa de criar sua autonomia literária em linhas de continuidade. E como cada movimento constrói a sua história literária nacional, João Ivo Duarte Guimarães nos mostra como o modernismo periférico de Minas Gerais jogou o seu papel na afirmação da autonomia simultaneamente literária e política da nação. A perspectiva da qual se ocupa o autor sublinha a lógica de singularização mineira nos anos 1920 e 1930, mas também os modelos teóricos e metodológicos para pensar as trajetórias autorais. Aos limites do conceito de campo formulado por Pierre Bourdieu, pouco eficaz quando se trata de estudar as interpenetrações de



estratégias e resultados das diversas funções desempenhadas por um mesmo escritor, João Ivo Guimarães lança mão da ideia de homem duplo desenvolvida por Bernard Lahire. Com isso, consegue dar conta da “feição própria” dos mineiros e o leitor acaba por compreender que, de fato, “as experiências sociais sucessivas dessa geração modernista de Minas funcionam como matriz formal das suas obras e das suas escolhas estéticas”.

Da leitura dos dois primeiros artigos, saímos com algumas inquietações. Uma delas diz respeito à clivagem de *habitus* em nossos escritores e talvez possa ser formulada assim: há lógicas de destinos individuais que devem mais às disposições profundamente enraizadas que aos ventos das circunstâncias histórico-sociais.

O artigo seguinte, de João Paulo Campos, também pensa uma das lógicas de singularização literária por meio da apropriação do tema da morte no livro *A morte de Ivan Ilitch*, de Lev Tolstói. Ou melhor, situando a análise no século XIX, o autor problematiza o lugar da morte como experiência a um só tempo individual e coletiva no itinerário civilizatório da Rússia. A obra de Tolstói formaliza as tensões vividas entre a assimilação de valores ocidentais modernos, que ditam normas privadas de morrer, e a tradição campesina da morte pública e domesticada que insiste em permanecer. Seguindo as reflexões de Norbert Elias, nos termos de uma análise sociológica, a narrativa de *Ivan Ilitch* torna-se ponto de observação privilegiado do esvaziamento de sentido e carga dramática nas atitudes diante da morte e, por conseguinte, do deslocamento em direção ao modo

racional de vivenciar a transição. A experiência agônica do personagem cristaliza fragmentos do processo de ocidentalização.

Sem perder de vista o movimento das trocas e empréstimos entre espaços literários regionais, Andréa Borges Leão e Francisco Secundo acompanham a sociogênese do humor cearense por meio das significações de que se reveste a expressão “Ceará moleque”. Situando-se nos arquivos e tirando, por assim dizer, sangue e carne dos documentos, o “Ceará moleque” é recortado pelos autores tanto nos registros escritos da ficção, na fala de um poeta andarilho e abolicionista, nos grêmios de letras, como nas atuações de artistas profissionais do entretenimento e turismo. Para tanto, a dupla de autores estabelece uma cronologia unicamente pelas práticas sociais da molecagem que instauram uma coerência específica temporalmente alargada, desde o século XIX, atravessando o XX e permanecendo nas formas atuais de entretenimento. No *corpus* elencado há uma lógica de construção das emoções, pendendo a balança para o prato da contenção dos afetos, como diria Norbert Elias. Em certa medida este humor regional se articula mais ao popular que ao nacional.

Vera Chacham ocupa-se da história editorial do livro *Os desastres de Sofia*, um clássico da literatura infantil francesa de autoria da Condessa de Ségur. A longa vida deste livro e as sucessivas traduções para o português do Brasil concernem diretamente ao processo de autonomização de uma esfera literária para a infância e da difusão internacional dos livros. Observando as



mudanças operadas nas diversas traduções e adaptações do texto original, Chacham coloca o problema das assimetrias das trocas culturais entre a França e o Brasil no espaço mundial de bens simbólicos. O leitor poderia se perguntar: como se constrói uma identidade nacional na tradução literária?

Como as identidades autorais são frutos de um jogo de rejeições e mútuas atrações, Ismênia Holanda e Cristian Paiva mostram que as questões da definição e do reconhecimento político de uma escritora, assim como da emergência de novos talentos, longe de serem universais definem-se nos enfrentamentos e disputas específicas ao campo literário. Como táticas de saída da obscuridade

e direito de existir, as escolhas da escritora assumidamente lésbica Karina Dias desvelam as novas formas da consagração literária postas em jogo pelo protagonismo dos leitores nos espaços criados na internet. Esta ficção engajada e tão próxima ao mundo do(a) leitor(a) nos diz o quanto o público é uma obra construída e que depende da produção de crenças e pactos de reconhecimento e confiança mútua entre ele e os autores(as).

Gostaria de agradecer a toda a equipe editorial dos *Arquivos do CMD* pela publicação. E a Ana Cíntia Moreira Sales pelo interesse e disponibilidade em me ajudar na organização dos textos.

A todos, uma boa leitura!